

OLIVEIRA, J. A. . AS CIDADES DA NATUREZA, A NATUREZA DAS CIDADES E O CONTROLE DO TERRITÓRIO. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2014, Barcelona. El control del espacio y los espacios de control. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014.

AS CIDADES DA NATUREZA, A NATUREZA DAS CIDADES E O CONTROLE DO TERRITÓRIO

José Aldemir de Oliveira
Universidade Federal do Amazonas

As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território (Resumo)

Para compreender o papel das cidades na Amazônia o texto parte da discussão sobre espaço e tempo das cidades como forma de retomar pontos sobre o controle do território o que pressupõe compreender o papel das cidades. Em seguida descreve as pesquisas desenvolvidas sobre rede urbana na Amazônia apresentando as tipologias de cidades que se ainda não estão prontas ajudam a entender a complexidade do urbano na Amazônia. Na parte final, retoma a discussão sobre as cidades da natureza e a natureza da cidade como produto, meio e controle dos territórios pretéritos e atuais da Amazônia, por diferentes sujeitos sociais.

Palavras-chave: Rede urbana da Amazônia; tipologias de cidades; natureza e cidades.

Cities of Nature; the nature of cities and the territorial control (Abstract)

To understand the role of the Amazon cities, this article argues about their space and time as a way to regain control points on the territory which presupposes understanding the role of cities. Then, the text describes the research undertaken on Amazon's urban network, presenting the types of cities which helps to understand the complexity of the urban in Amazon, although not yet ready. The concluding part of the article discusses about cities of nature and the nature of the city as a product, environment and control of Amazon's past and present territories by different social subjects.

Keywords: Amazon's urban network; typologies of cities; nature and cities.

Este trabalho, ao tempo em que trata de um tema tão amplo, busca interpretar cidades específicas a partir de pesquisas desenvolvidas, algumas concluídas outras em andamento e propõe uma abordagem sobre a Amazônia Brasileira a partir de suas cidades, não de todas as cidades ou das grandes cidades, mas especialmente das pequenas cidades situadas às margens dos rios, denominadas de cidades ribeirinhas.

A estas cidades chega-se pelo rio e delas temos a primeira impressão que nem sempre fica, pois em seguida vem a segunda impressão que é a concretude da cidade que nos coloca em contato com arruamento caótico, falta de saneamento básico, improvisação de toda ordem parecendo que tudo está inacabado ou precocemente envelhecido. Mas essa segunda visão talvez não seja a última, pois pode ser apenas aparente, por conta de baseamos nossas concepções a partir de realidades de um

urbano que na maioria das vezes não pode ser encontrado na Amazônia.

Há uma ideia equivocada de desconhecimento das cidades amazônicas. Recentemente, 2011 um projeto de pesquisa de grande envergadura tenha num dos seus itens “O (Des)Conhecido Urbano Contemporâneo Amazônico”^[1]

Na verdade as cidades amazônicas não são nem desconhecidas como querem alguns e não suficiente conhecidas e reconhecidas, visto, na maioria das vezes, privilegia-se para a Amazônia os estudos sobre a biodiversidade. Todavia, nas últimas décadas surgem pesquisas sobre cidades amazônicas em especial àquelas desenvolvidas nas próprias instituições de pesquisas situadas na região. Tais pesquisas geram novos conhecimentos sobre a Amazônia capazes de dialogar com estudos macroregionais elaborados pelo IBGE e IPEA^[2] que são fundamentais para o conhecimento da região, porém insuficientes para dá conta das especificidades das cidades amazônicas.

Visando discutir, sem a pretensão de apresentar respostas prontas, mas suscitar o debate, este texto se divide em três partes: apresenta a discussão sobre espaço e tempo das cidades na Amazônia brasileira como forma de retomar pontos sobre o controle do território o que pressupõe compreender o papel das cidades; em seguida apresenta as pesquisas desenvolvidas no âmbito do NEPECAB^[3] e os resultados das mesmas para a compreensão da rede urbana no Estado do Amazonas e, finalmente retoma-se ao título do presente texto para discutir as cidades da natureza e a natureza da cidade como meio, possibilidade e controle sobre as espacialidades pretéritas e atuais da Amazônia em especial de suas cidades.

Espaço e tempo das cidades amazônicas o controle do território

As estruturas e as dimensões socioespaciais na Amazônia hoje são compartilhadas de modo diferente do que era passado. Novos e velhos sujeitos, (indígenas, movimentos sociais, empresas, governo, forças armadas, pacifistas e mídia), produzem espacialidades diversas e articulam as estruturas preexistentes quase sempre locais, às novas dimensões agora globais. No curso dessa articulação, o poder se dilui entre os vários sujeitos sociais que se articulam no nível nacional por meio das instituições, mas também se articulam para além do Estado Nacional e, em alguns casos, já atingiram um grau de relações supranacionais.

Se a cidade da Amazônia do nosso agora é assim, como ela foi sendo produzida no tempo e no espaço? Para responder esta e outras questões, o presente texto dentre tantos produzidos no âmbito do NEPECAB.^[4] Os resultados mostram que quando os europeus iniciaram o processo de colonização da Amazônia, a região não era um vazio demográfico, portanto, não estava desocupada. A ocupação que se seguiu significou “uma forma peculiar de colonização que longe de acrescentar novos contingentes humanos à área, sangrava-os ininterruptamente em suas populações indígenas”. A “ocupação” portuguesa demarca a defesa e a conquista do território como ponto de apoio para a interiorização da região até atingir no século XVIII o extremo oeste consolidando o domínio de Portugal na Amazônia, garantindo a posse do território e praticamente definindo os limites fronteiriços ao Norte e a Oeste, existentes até hoje.

Em meados do século XIX, vários acontecimentos contribuíram para a modificação da paisagem da

¹ Projeto *URBIS* Amazônia – Financiado pelo ITV-DS-Instituto Tecnológico Vale-Desenvolvimento Sustentável e pela Fundação Vale, p. 5.

² IBGE. REGIC, 2007, IPEA; IBGE; UNICAMP, 2002.

³ Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira da Universidade Federal do Amazonas existe desde 1995.

⁴ Oliveira J.A. & Schor, T., 2007, 2008, 2009, 2010; Schor, T. & Oliveira, J.A., 2011; Schor, T. & Costa, D. P., 2007; Schor, T. Marinho, T. & Schor, T., 2009, 2012; Moraes, A. O. & Schor, T., 2010; Schor, T., 2013.

Amazônia e em linhas gerais estabeleceram a malha urbana que se estruturou a partir de então, sendo o acontecimento mais relevante na segunda metade do século XIX, a exploração extensiva dos seringais. No período da borracha a maioria da população não estava nas poucas vilas existentes, mas embrenhada no interior da floresta. As vilas e as poucas cidades continuaram com as mesmas funções para as quais haviam sido criadas no século XVIII, quais sejam: representação do poder público para arrecadação de impostos, sede das missões religiosas, base para a circulação de produtos extrativos para exportação e internação de produtos alimentícios básicos que vinham de lugares externos a Região e eram internalizados a partir de Belém e Manaus. Em síntese, as vilas e cidades eram a base para o controle do território superando o papel entrepostos de sustentação do projeto civilizatório imposto pela metrópole portuguesa no período colonial. Agora, a imposição é de outras áreas do Estado Nação Brasileiro que se consolida a partir da República.

Após o *boom* da borracha, mais um período de estagnação se abateu sobre a região levando a crise, que no entanto, não significou crise generalizada, especialmente para a população da floresta e para os migrantes nordestinos pobres. É preciso discutir a crise,^[6] porque se de um lado provocou o refluxo de parte dos migrantes para a região de origem, isso significou diminuir a pressão sobre as fontes de alimentos, bem como a ampliação da diversidade da produção extrativista, especialmente a castanha e a madeira, além de certo impulso à pequena agricultura de várzea o que significou a absorção de mão de obra liberada dos seringais. Há sem dúvida crise nas finanças públicas especialmente no Estado do Amazonas, mas para a população pobre embrenhada na floresta o *deblache* da borracha em alguns casos significou a melhoria das condições que eram precárias decorrente da exploração da mão de obra nos seringais.

Há a dimensão socioespacial nesse processo, pois a resistência veio da população local (indígena e cabocla) ou dos que já haviam se fixado e se adaptado à região e tinham por isso conhecimentos sobre o espaço, conseguindo estabelecer novas formas de vivência. Neste sentido, a borracha levou à destruição, mas também criou os mecanismos da resistência e de reconstrução. Isso parece tanto mais verdadeiro quando comparado ao impacto ocasionado no interior da Amazônia e nos dois principais centros urbanos, Belém e Manaus.

As primeiras tentativas de superação da crise ocorrem na década de 1950, por força da ação governamental para a Amazônia de certo modo como reflexo dos investimentos realizados na década de 1940, por conta do Acordo de Washington visando à retomada da produção da borracha.

Para tanto, foi criada, instalada, implantada, ou dinamizada uma série de ações e de instituições.^[7] Novamente a Amazônia estava inserida na reprodução ampliada do capital. Entretanto, esta não depende apenas da extração da mais-valia, mas também de formas coercitivas de extração do lucro que envolve não apenas a produção do valor, mas também e principalmente a sua circulação e distribuição. Para tornar a Amazônia novamente viável, mesmo que por tempo determinado, foi necessário estabelecer intervenção no espaço, visando criar condições de implantação de infraestrutura necessária à reprodução do capital.

Essa ação é reforçada na década de 1960, com a ditadura militar que estabeleceu modificações significativas na malha urbana da Amazônia. Esta política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, concomitante ao processo de produção controlada do espaço por meio do fluxo migratório e da política de colonização. Além disso, o Estado também construiu a infraestrutura básica necessária para sua instalação como estradas, portos, ferrovias e rede de comunicação.

⁶ Oliveira, J. A. 2003.

⁷ Oliveira, M. E. 1983, p. 264-267.

Em decorrência dessa política, especialmente no Pará, Rondônia e Roraima ocorre a mudança do eixo de circulação do rio para a estrada. E nesse novo eixo surgem novas cidades originárias da construção de grandes projetos ou influenciadas por eles. Esse processo é menor no Estado do Amazonas cujo eixo de circulação continua sendo o rio, configurando-se a fronteira econômica com forte participação do Estado na produção e controle do território. Para isso, o Estado estabeleceu a estruturação espacial por meio da “malha programa”,^[8] que possibilitou o controle técnico e político do território.

Sobre as políticas desenvolvimentistas voltadas para a Amazônia e o seu reflexo na produção e controle da produção do espaço urbano, é importante apontar que algumas adotadas a partir da ditadura militar já vinham sendo aplicadas anteriormente, sendo projetos e atividades apenas retomados ou redimensionados. Cabe ainda assinalar que mesmo nos casos em que projetos foram retomados ocorreram mudanças, seja pelo modo autoritário como foram conduzidas as ações visando atender as políticas públicas voltadas ao crescimento econômico, seja pelo maior vigor com que foram implantados.^[9]

Com isso e para isso se produziu a malha programada, que representava o advento da técnica no espaço com a rede de telecomunicação, satélite, aeroportos, portos, hidroelétricas e estradas e significou, contraditoriamente, o esvaziamento do campo, ocorrendo um processo crescente de urbanização. A população urbana que representava pouco mais de um quarto da população total em 1940, já era mais da metade morando nas cidades 40 anos depois, continuando a crescer atingindo 69% em 2000 e 70% em 2010.

Todo esse processo teve e tem influência na produção das cidades amazônicas que na atualidade podem ser definidas como o conjunto de lugares com vários caminhos para o mundo, lugares onde a natureza dos processos externos aparece como delineamentos diversos e inovadores e como lugares de demonstração da complexidade que envolve o local e o global.^[10] Há lugares que não foram atingidos por esse processo onde se sobrepõe a reserva territorial estratégica ou espaço de colonização pioneira. A sua reconfiguração regional neste quadro mescla e sobrepõe caminhos que tendenciam à mundialização e aos caminhos naturais e sociais que guardam dimensões e sentidos traçados em outras épocas. São inúmeras as formulações dos significados e implicações desses cruzamentos, sobrepostos uns aos outros, que são opostos, complementares e sobrepostos.

Retomar História da Amazônia significa compreender o papel global que a região tem em termos de preservação de biodiversidade e regulação do clima e do mesmo modo como se insere contraditoriamente nas diversas redes da globalização. Focar nas cidades permite uma estratégia geográfica específica que relaciona os lugares entre si e estes com a dinâmica econômica da globalização que, por sua vez, modifica as relações territoriais reestruturando a dinâmica urbana.

Neste sentido, as cidades na Amazônia brasileira constituem lugares privilegiados para análise dos processos contraditórios do controle do território. São os debates ambientalistas que se transformam em diferentes recortes territoriais, constituindo unidades de conservação de todos os tipos. São as promessas de riquezas oriundas da biodiversidade ou do conhecimento das populações tradicionais que recriam o mito do Eldorado organizando as agências de pesquisas mundo afora.^[11] Entender a dinâmica das cidades amazônicas é compreender os mecanismos com os quais os diferentes sujeitos sociais estabelecem estratégias de dominação e controle sobre o território.

⁸ Becker, B., 1990, p. 23.

⁹ Ianni, O., 1981, p. 132.

¹⁰ Silva, M. C. 2000, p. 226.

¹¹ Schor, T. 2008, p. 57 et passim.

Uma das maneiras de se entender como essa a dinâmica ocorre é pela via da classificação das cidades. Classificar as cidades pode significar criar uma hierarquia estática entre elas^[12] mas pode também ser o processo direto do entendimento das semelhanças e diferenças entre as diversas cidades que compõem a rede urbana. Conjuntamente com a classificação, aquela que relaciona as semelhanças e diferenças, pode se criar também a tipologia urbana relacionando semelhanças e diferenças, apesar das dificuldades que encerra por ser sempre incompleta e provisória, pois se tem claro não apenas a grande extensão da região como a diversidade das cidades na Amazônia,^[13] mas é a tentativa de demarcar o esforço metodológico, de indicar e reconhece os padrões urbanos que ao serem extrapolados de áreas específicas podem contribuir para o entendimento da rede urbana na Amazônia.

Pesquisas desenvolvidas no NEPECAB e a tipologia de cidades do Amazonas

Nos anos setenta e noventa foram realizados importantes estudos sobre a rede urbana no Amazonas (Rede Funcional Urbana do Amazonas), coordenados pela Comissão de Desenvolvimento do Amazonas – CODEAMA instituição mantida pelo Governo do Estado do Amazonas para o planejamento e estudos estatísticos. O primeiro estudo de rede urbana denominado Estudo de Hierarquia Urbana no Estado do Amazonas, foi realizado em 1976 e atualizado em 1990. Esses estudos serviram como ponto de partida para o estudo das cidades no Amazonas, porém retratam um período específico, classificando as cidades de forma hierárquica e não se detendo às especificidades intraurbanas e interurbanas. Após esses estudos, nenhum outro trabalho sistemático foi realizado. Em 2006, com a aprovação de um financiamento pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), foi estruturada a primeira pesquisa sobre a rede urbana no Amazonas e deu origem no âmbito do NEPECAB do Programa Rede Urbana na Calha do Rio Solimões-Amazonas - Programa Calha, cujo relatório final foi entregue em setembro de 2007.

O relatório que deu origem a vários trabalhos publicados a partir de 2007.^[14] Em síntese os artigos apontavam uma base empírica importante para dar substância à análise da categoria rede, tendo como base arranjos institucionais. Apontavam também para a superação, das análises de rede até então propostas para a Amazônia, visto que a rede urbana deve ser considerada como múltiplas e plural, como redes, pois as diversas relações materializadas nos diferentes fluxos de informação, de mercadoria, de instituições, de pessoas criam um conjunto de redes que sobrepostas formam o que se considera como rede urbana. A maneira e a intensidade pela qual as cidades participam deste processo as colocam em posições hierárquicas diferenciadas, porém importantes para a constituição do todo. A tipologia e consequente desenho de rede proposta é o resultado das relações socioespaciais constituídas no território, o que por sua vez permite a compreensão da adequação, ou não, de determinadas políticas públicas urbanas na região. Neste sentido, a descrição e análise da rede urbana que foi proposta à época, permitiu melhor compreensão das possibilidades existentes de alteração da realidade urbana e se colocaram como instrumento analítico para subsidiarem territorialmente a adequação de políticas urbanas voltadas para a construção da cidadania.^[15]

O relatório de pesquisa e os textos dele derivados, propuseram uma tipificação da rede urbana que incorporou parâmetros relacionais, pois consideravam ser necessário compreender o papel de cada cidade na estruturação da rede urbana para se elaborar políticas públicas urbanas específicas para a região, sem as quais a possibilidade de desenvolvimento como liberdade das pessoas^[16] que habitam

¹² Berry, B. J. L., 1972.

¹³ Trindade Júnior, S. C., 2010.

¹⁴ Oliveira J.A. & Schor, T., 2007, 2008, 2009, 2010; Schor, T. & Oliveira, J.A., 2011; Schor, T. & Costa, D. P., 2007; Schor, T. Marinho, T. & Schor, T., 2009, 2012; Moraes, A. O. & Schor, T., 2010; Schor, T., 2013, dentre outros.

¹⁵ Schor, T. et al., 2007, p. 6.

¹⁶ Sen, A., 1999)

estas localidades e sustentabilidade da vida nelas, ficam reduzidas a padrões homogêneos que não modificam as estruturas sociais.

Na tentativa de construir a tipologia da rede urbana para o estado do Amazonas, delimitou-se um conjunto de arranjos institucionais que poderiam, se analisados conjuntamente e estabelecer uma hierarquia urbana que fosse para além das definições usualmente utilizadas para definir a tipologia urbana. Partiu-se dos seguintes arranjos institucionais: dinâmica populacional, variáveis históricas, relações intra e interurbana, serviços e comércio, tendências locais das atividades produtivas, arrecadação de impostos, insumos para a cesta básica regionalizada, índice da construção civil, produtos extrativistas, movimentos sociais, ONGs e práticas religiosas, infra estrutura urbana e fluxo de transporte. Os dados coletados permitem inferir o perfil urbano de cada uma das cidades,^[17] e a sua interação na rede urbana. Das 25 cidades inicialmente relacionadas foi excluída Manaus em decorrência do predomínio que exerce na rede urbana, pelo tamanho da população que corresponde a 51.2% do estado. Enquanto a população absoluta de Manaus é de 1.793.416 habitantes as quatro cidades mais populosas da rede estudada são pela ordem Parintins com 69.905, Manacapuru com 60.178, Itacoatiara com 58.175 e Tefé com 50.072 habitantes.^[18] Além disso Manaus centraliza 89% das atividades econômicas e conseqüentemente os serviços o que praticamente anula em termos comparativos o papel das demais cidades na rede.

As pesquisas realizadas até então e as ainda em andamento^[19] possibilitaram estabelecer a proposta de tipologia das cidades para a rede urbana nos rios principais da Bacia Hidrográfica Amazônica Solimões-Amazonas nos limites do Estado do Amazonas.

Quadro 1
Tipologia da Rede Urbana Solimões-Amazonas – Estado do Amazonas

TIPOLOGIA	CARACTERÍSTICAS	CIDADE
CIDADES MÉDIAS		
CIDADE MÉDIA DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL	Exerce função na rede que vai além das suas características em si, pois detém responsabilidade territorial que a torna um nódulo importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nessa região. O desenvolvimento econômico dessa cidade tende a agregar valor na região. Nessa tipologia, deve-se incluir a variável “de fronteira”, pois a dinâmica das cidades localizadas na fronteira as difere das demais tanto em termos de perfil urbano quanto à rede da qual participam, principalmente por conta do papel exercido pelas forças armadas, populações indígenas e do comércio internacional, quanto com relação às redes que se estabelecem internacionalmente.	Parintins, Tefé e Tabatinga

¹⁷ A pesquisa teve como área de abrangência as cidades localizadas às margens dos rios Solimões-Amazonas no Estado do Amazonas composta pelas seguintes cidades: Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Benjamim Constant, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Fonte Boa, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Jutai, Manacapuru, Manaus, Parintins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Silves, Tabatinga, Tefé, Tonantins, Uarini, Uruará e Urucurituba.

¹⁸ IBGE - Censo 2010.

¹⁹ Oliveira, J. A. & Schor, T. “et al”. Relatório técnico parcial de pesquisa, 2013/2014.

CIDADE MÉDIA COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA	Tem importância na rede por sua inserção em uma dinâmica econômica externa, os vínculos com as demais cidades na rede não são necessariamente fortes, nem o seu crescimento econômico implicará em desenvolvimento regional significativo, pois a atividade econômica predominante, a extração de petróleo e gás, não agrega valor nem no local nem regionalmente.	Coari
CIDADE MÉDIA COM FUNÇÃO INTERMEDIÁRIA	A cidade é metropolizada por conta da proximidade com a metrópole regional (Manaus). Com ligação rodoviária exerce função de intermediária entre as demais cidades do entorno, pois é o nódulo que abastece e é abastecido por Manaus	Itacoatiara e Manacapuru
CIDADES PEQUENAS	CARACTERÍSTICAS	CIDADES
CIDADE PEQUENA DE RESPONSABILIDADE TERRITORIAL	Desempenha papel importante na manutenção da rede em uma escala diferenciada. Exerce função intermediária, entre os fluxos de transporte e comercialização, entre as cidades médias e as demais cidades pequenas e aglomerados humanos. Cada cidade tem relevante papel na organização das diversas etnias que habitam e se deslocam pela região do alto Solimões. Transforma-se em nódulo das diversas redes que perpassam territórios indígenas. As cidades de fronteira também devem ser consideradas nessa tipologia de forma diferenciada, pois exercem um papel específico e constituem redes de relações próprias de abrangência internacional.	Fonte Boa, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant
CIDADE PEQUENA COM DINÂMICA ECONÔMICA EXTERNA	Tem como base econômica o escoamento de algum produto (mineral, agropecuário, extrativista, ou de pequena indústria) para a Metrópole Regional Manaus. É pouco relevante na articulação da rede urbana da calha.	Irlanduba, Careiro da Várzea e Codajás
CIDADE ESPECIAL	Pela ausência de infraestrutura que possibilite a cidade exercer plenamente as funções urbanas e por sua localização geográfica que torna mais complicada a relação da mesma com a calha central do Solimões-Amazonas. A cidade é dependente das cidades médias e pequenas de responsabilidade territorial.	Amaturá, Jutai, Tonantins, Alvarães, Uarini, Anori, Anamã, Silves, Urucurituba, Itapiranga e Uruará.

Fonte: Schor, T. “et al”, 2007; Schor, T. 2013. Com adaptações do autor.

Outras pesquisas foram realizadas e a tipologia continuamente revista buscando a construção de uma síntese que dê conta de compreender a dinâmica da rede urbano no Amazonas visando especialmente completar as análises propostas pelo IBGE que classificam a rede urbana no Amazonas em: Metrópole, Centro urbano regional B, Centro de zona A, Centro de zona B e Centro local.^[20] Em recente artigo²¹ Tatiana Schor aponta a necessidade de ampliação que aponte para a tipificação da rede urbana no Amazonas. Assinala ainda que embora os estudos não sejam conclusivos tem o mérito e de tornar visíveis cidades pouco estudadas, bem como aponta que os estudos até agora realizados servem para diversificar o olhar sobre a realidade urbana do Amazonas organizando o entendimento sobre a “urbanodiversidade” da região.

A natureza das cidades amazônicas e o controle do território

²⁰ IBGE. *REGIC - Regiões de Influência das Cidades*, 2007.

Na Amazônia brasileira especialmente nas cidades localizadas às margens dos rios na maioria das vezes as espacialidades foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas e, de outro, guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, a espacialidade, revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam a partir das condições concretas defender seus interesses, o que nos leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações múltiplas, do Estado e de diferentes sujeitos sociais, das relações sociais de produção, e mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas.

As pesquisas já concluídas no âmbito do NEPECAB nos possibilitam inferir que a análise das cidades, como as tipificadas no item anterior, devem levar em consideração a floresta e a água como ponto de partida e não de chegada. Nessas cidades amazônicas localizadas no meio da floresta e às margens dos rios, o habitante deste espaço e pesquisadores desavisados, podem ser levados inconscientemente a estabelecer a dimensão de espacialidade a partir do encantamento da realidade física. Entretanto, a generosidade da paisagem natural esvai-se e o que fica é o construído artificialmente. É claro que o conjunto formado pelos sistemas naturais existentes numa região como a Amazônia ainda é muito importante e não pode nem deve ser desconsiderado, porém temos que concentrar nossas análises no que lhe acrescem os homens. Do ponto de vista geográfico há uma existência natural, todavia, a existência real somente lhe é dada por causa das relações sociais^[22].

Na compreensão das cidades da Amazônia para além da paisagem aparente, é preciso compreender a complexidade da sociedade contemporânea e para isso, é necessária a superação de formas simplistas de interpretações e de intervenções, reconhecendo que estas práticas são engendradas a partir de condições objetivas e estão mediadas pelas contradições e conflitos da sociedade. Essa compreensão leva ao estabelecimento de estratégias para a resolução de problemas que na maioria dos casos não fazem parte das agendas das populações locais.

Apontar estas contradições, no processo recente de produção do espaço urbano na Amazônia brasileira, não significa reconhecer, concordando com o que aponta Bertha Becker, que há em curso uma transição da fronteira. Essa nova estratégia para a Amazônia não é apenas uma dimensão global do capital, mas resulta da ação de múltiplos sujeitos que articulados nas organizações da sociedade civil são capazes de inserir experiências alternativas que têm influenciado na mudança de rumo das políticas governamentais.^[23]

A questão que ainda permanece, é que quase sempre as ações embutidas nos vários programas propostos para a Amazônia são pontuais com capacidade de polarização reduzida e o espaço que resulta desse processo caracteriza-se pelo controle estatal e não-estatal, governamental e não-governamental que tende a impor um caráter homogêneo, ao mesmo tempo que fragmentado. A tendência à homogeneização ocorre porque o espaço passa a ter a equivalência de mercado e para o mercado e conseqüentemente fragmenta-se e deixa de ser aldeia, colocação, lote e passa a ser tratado como reserva, módulo, unidade, se constituindo num espaço lógico, embora a lógica do conjunto homogêneo seja desmentida pela fragmentação do detalhe.

A fragmentação do detalhe dá a dimensão do conflito que se estabelece no lugar. O espaço local é o espaço da vida, da vivência, colocando-se como contraposição à homogeneização. Neste sentido, o mesmo processo que tende à homogeneização produz o seu contrário: a resistência e a luta pelo direito a ser diferenciado. Neste sentido, há alguma possibilidade para as experiências alternativas e o controle do território passa a ser múltiplo.

²² Santos, M., 1997.

²³ Becker, B., 2004.

A multiplicidade de controle decorre, como já apontado neste texto, por ser a Amazônia lugar diverso e as suas cidades também. A unidade ou é intenção ou é imposição, nunca é de fato. Quando se aponta que as cidades amazônicas são iguais na verdade se expressa a impotência em decorrência do imediatismo da interpretação. Isso resulta da fragilidade de como tomamos os conceitos – por exemplo, de cidades sustentáveis - só porque se articulam a aspectos da natureza pelos rios e pelas florestas. O discurso da cidade sustentável aparece, de modo deliberado ou não, como projeto instrumental e de controle do território a deixar marcas profundas e perversas na natureza e na cultura amazônicas.

O contraponto aparece como resistência, porque para as sociedades amazônicas as florestas os rios são portadores de um modo de ser vivente. A natureza se lhe afigura como espaço-tempo que homens e mulheres habitam e são habitados, num ritmo próprio e diverso do que lhes é imposto.

É preciso compreender o território que resulta desse processo que se de um lado reflete as duras condições de vida, de outro também é sinal de resistência, de força inquebrantável para a construção de uma nova vida que não é necessariamente melhor ou pior, mas é outra vida. Estas ações que se concretizam e se objetivam no espaço social, aqui contraposto ao espaço abstrato, quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade pela frequência do estar sempre por aí e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas, concebendo e percebendo o espaço como inumano.^[24]

A questão fundamental para se compreender a dimensão do controle do espaço das cidades amazônicas em especial àquelas localizadas às margens dos rios, é que é preciso ultrapassar as análises baseadas nas macro-estruturas. Elas são fundamentais, mas insuficientes, pois que é preciso considerar também as coisas simples, a vivência do dia a dia, o cotidiano. Neste sentido, não se pode partir da premissa de que os homens e mulheres da Amazônia, especialmente os que moram nas pequenas cidades são apenas vítimas. A sociedade do agora é, sem dúvida a reatualização da exclusão que existia na exploração das drogas do sertão, na economia gomífera e continua a produzir novos e velhos pobres na cidade, nas florestas, nos rios e na terra, mas é também onde emergem novos sujeitos sociais, que neste processo de produção do espaço tem perdas e ganhos, mas que buscam produzir espaços e tempos que escapam aos controles gerais e se transformam em espaços vividos do campo e das cidades que não são separadas, pois que são espacialidades da vida.

É certo que a complexidade da Amazônia não pode prescindir da objetivação construída pela racionalidade científica visando criar os conceitos que aparentemente servirão ao desvendamento da realidade, é também certo que permanecerá restrito senão incorporar o pensamento que vem das expressões mítica, poética e emergem dos simples. Para além da ciência é necessário o pensamento sobre a Amazônia que ultrapasse as disciplinas e exerça o campo do saber constituído pela ecologia da razão disciplinar, ou se quisermos a ecologia dos saberes.^[25]

O espaço-tempo na Amazônia ainda permite para as populações locais a alteridade e identidade da relação sociedade e natureza. Esta não se define pela posse, pois ainda predomina dimensões do uso objetivadas pela práxis. Em decorrência, o controle que é imposto pela relações mercantis inibe e silencia as ricas e complexas possibilidades de expressão cultural, simbólica, mítica e estética. Todavia, a “sustentabilidade de mercado” e do modelo desenvolvimentistas^[26] não respondem

²⁴ Oliveira, J. A., 2000.

²⁵ Santos, B. S., 2006, p. 106-115.

²⁶ A cheia do Rio Madeira que atinge o Estado de Rondônia e causou transtorno no Estado do Amazonas ao atingir 21 metros nas cercanias da cidade de Porto Velho, o maior já registrado na série histórica.. Surgem questionamentos sobre qual a relação da enchente com as hidroelétricas recém-construídas ou em construção? Jornal Diário do Amazonas, 17.03.2014.

igualmente à crise social, já que a racionalidade inerente a estes modelos se orientam para a concentração e não para a distribuição de riquezas e oportunidades. Ou seja, os modelos postos pelos planos de desenvolvimento regional trazem em si a própria ação e lógica do mercado e como tal, não solucionam as desigualdades sociais, o mais das vezes as aprofundam.

Parece, enfim, que a magnitude da crise contemporânea demanda um projeto de controle do espaço para Amazônia, especialmente para as suas cidades que transcenda as fronteiras do mercado. O próprio discurso da sustentabilidade, em sua origem, pressupõe a articulação complexa que integra a multiplicidade de aspectos sociais. Assim, a sustentabilidade liderada pelo mercado e apoiada em mudanças técnicas e espaciais será sempre reducionista e, portanto, necessariamente insustentável.

Das espacialidades das cidades amazônicas, discutidas neste texto, que pela baixa articulação aos centros hegemônicos, poderiam emergir como novas formas de controle do território, visto que comportam elementos da natureza ainda não conhecidos e, como esse processo ainda necessita de uma base logística, estas cidades poderiam representar essa base, pois que seriam facilmente ligadas ao mundo, por exemplo, pelas comunicações por satélite. Compreender esse processo em curso e verificar se ele se conclui significa a busca de desvendar a Amazônia a partir de suas cidades.

Considerações finais

As cidades amazônicas não são apenas produtos do nosso tempo, mas de tempos pretéritos cristalizados na paisagem. Por seu turno, a paisagem urbana das cidades amazônicas não se resumem ao conjunto de objetos, pois contém modos de vida os quais, como os primeiros, são resultantes das relações de produção continuamente produzidas, reproduzidas, criadas e recriadas, contendo as dimensões da sociedade de cada tempo. Essa paisagem urbana também comporta as coisas da natureza. As cidades de hoje são lugares bem diversos das cidades pretéritas, não só porque o conjunto arquitetônico e a infraestrutura foram profundamente modificados, mas porque foram mudados também a terra, a floresta, os rios e sobretudo a cultura, quer pela dinamicidade, quer pela estagnação.

Por isso, são importantes e necessárias as pesquisas desenvolvidas no NEPECAB visando contribuir para que as ações especialmente dos agentes públicos sobre o espaço urbano superem formas simplistas de intervenções. Ao mesmo tempo, possam contribuir para a visibilidade de práticas que são engendradas a partir de condições objetivas e estão mediadas pelas contradições e conflitos da sociedade. As pesquisas concluídas e em andamento apontam para outra visão de Amazônia que não seja apenas naturalizar o que é social, tampouco desconhecer as suas características imanentes, considerando social o que é natural.

As pesquisas visam ainda contribuir para o entendimento de que Amazônia, especialmente as cidades, são muito mais do que fronteira de recursos. A Amazônia é uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando a paisagem natural ou artificial aparente, para circunscrever-se em lugar das pessoas de sentimentos e emoções. Portanto, buscar nas especificidades a tipologia das cidades e buscar as condições da urbanidade, o que significa remir os espaços coletivos como signo da nova cidade, não só como funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar de tempos e espaços para a vida em toda a sua dimensão. Isto passa pelo resgate da cidadania que exige a concretude de uma vida decente, que pressupõe o acesso às condições dignas de vivência.

Há o entendimento de que muito há que ser feito, pois pesquisas necessitam ser feitas e, mesmo quando concluídas, revelarão uma verdade, não a verdade. O único ponto a destacar é que as cidades amazônicas revelam espacialidades que não coincidem com o inventário dos objetos no espaço nem com o discurso sobre a sua representação e por isso o controle do território é difuso e múltiplo, pois que originário de diferentes sujeitos sociais.

Neste sentido, pode-se concluir que a espacialidade oculta as consequências, o que indica a construção de pesquisas que considerem a Amazônia não apenas como uma área a ser conhecida, mas como conhecimento do lugar, capaz de revelar formas e conteúdos espaciais que foram transformados e/ou permaneceram e que para além das formas das tipologias de cidades, há homens e mulheres para os quais a história e a geografia das cidades amazônicas é feita e não esperada. Há outro jeito de fazer e outro modo de esperar. Há outros tempos-espacos mediados por outra razão.

Bibliografia

BECKER, Bertha. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BERRY, B. J. L. *City Classification Handbook: Methods and Applications*. Chicago: Wiley-Interscience, 1972.

BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.

IBGE. *REGIC - Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

IPEA; IBGE; UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*. Estudos básicos para a caracterização da rede urbana. Brasília, 2002.

IANNI, Octávio. *Ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. *Revista Geografares*. Vitória: Departamento de Geografia, 2009, v. 7, 77-92.

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. Nos interflúvios do rural e do urbano na Amazônia: o caso de Codajás-AM-Brasil. *Revista Acta Geográfica*. Boa Vista, v.6, n.11, jan./abr. De 2012. 69-81.

MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. Redes, Rios e a Cesta Básica Regionalizada no Amazonas, Brasil. *Revista Acta Geográfica*. Boa Vista, vol. 04, n. 07, 2010.

MORAES, André de Oliveira; SCHOR, Tatiana. Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do rio Solimões. *Revista Mercator*, volume 9, número 19, mai./ago, 2010.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação Humana. In: SALATI, Enéas et al. (orgs.). *Amazônia: desenvolvimento, ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1983. p. 144-327.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: VALER, 2000.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: cidade doce e dura em excesso*. Manaus: EDUA, Valer; Governo do Estado do Amazonas, 2003.

OLIVEIRA, José Aldemir de, SCHOR, Tatiana. Urbanização da sociedade e espacialidades urbanas: as cidades e os rios na Amazônia Brasileira. *VII Encontro Anpege*. Niterói, 2007.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Das cidades da natureza à natureza das cidades In: *Cidades Ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008, p. 15-26.

OLIVEIRA, José Aldemir de, SCHOR, Tatiana. Espacialidades urbanas como urbanização da

sociedade: as cidades e os rios na Amazônia Brasileira. In: *O Brasil, A América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina; FAPERJ e ANPEGE, 2008, v.II, p. 165-185.

OLIVEIRA, José Aldemir de, SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte a metrópole regional. In: *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 41-98.

OLIVEIRA, José Aldemir de, SCHOR, Tatiana. Urbanização na Amazônia: o local e o global In: *GEEA - Grupo de estudos estratégicos Amazônicos - Caderno de Debates*. Manaus : INPA, 2010, v.III, p. 147-189.

OLIVEIRA, José Aldemir de, SCHOR, Tatiana et al. *Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional*. Relatório de Projeto de Pesquisa – Parcial. Manaus: FAPEAM/CNPq; NEPECAB-UFAM, Programa de Apoio a Núcleo de Excelência – PRONEX, 2013 e 2014.

SCHOR, Tatiana et. al. *As cidades e os rios: tipificação da rede das cidades na calha do rio Solimões-Amazonas*. Relatório de Pesquisa. Manaus: FAPEAM; NEPECAB-UFAM, 2007a.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do Solimões-Amazonas-AM. *X Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Florianópolis, novembro 2007b.

SCHOR, Tatiana, OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. *Acta Geográfica (UFRR)*. , v.eesp, p.15 - 30, 2011.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis na Amazônia brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, 67-84, mai./ago. 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Alfred Knopf, 1999. SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia e os processos mundiais nos últimos 25 anos. In: OLIVEIRA, José Aldemir de e GUIDOTTI, Humberto (orgs.). *A igreja arma sua tenda na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2000, p. 223-245.

TRINIDADE JÚNIOR, Saint-Clair CORDEIRO. *Diferenciação territorial e urbanodiversidade elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional*. *Cidades*, Presidente Prudente/São Paulo, vol. 7, no. 12, 2010.